



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Curuá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
-------------------------------------------------	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
----------------------------------------------------	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--------------------------------------------------------------	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
-----------------------------------------------------------	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---------------------------------------------------	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
------------------------------------------------	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
----------------------------------------------------------------	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--------------------------------------------------	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
------------------------------------------------	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---------------------------------------------------------------	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
------------------------------------------------------	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
----------------------------------------------	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--------------------------------------------------	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
-----------------------------------------------------------------	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
----------------------------------------------------	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
-----------------------------------------------------------------------	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
-----------------------------------------------------	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Curuá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



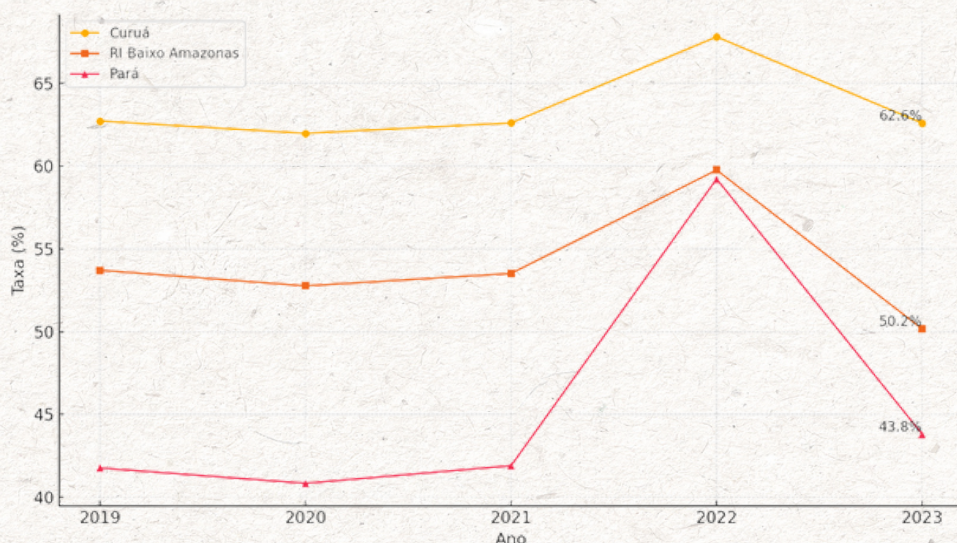
Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, o município de Curuá apresentou níveis persistentemente altos de pobreza, sempre acima de 60%. Após relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com leve variação de 62,7% para 63,1%, houve um salto expressivo em 2022, quando a taxa atingiu 67,9%, possivelmente refletindo os efeitos econômicos da pandemia e da inflação sobre populações vulneráveis. Em 2023, apesar da queda para 62,6%, o índice ainda permanece elevado, indicando desafios estruturais persistentes no enfrentamento da pobreza local (Gráfico 1).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a taxa de pobreza oscilou em patamares um pouco mais baixos do que em Curuá, mas também apresentou comportamento semelhante. De 2019 a 2021, manteve-se relativamente estável, entre 53,9% e 54,6%. Em 2022, houve um pico de 59,6%, seguido de uma queda significativa para 50,2% em 2023, revelando uma recuperação mais acentuada do que no município. Ainda assim, metade da população regional segue em situação de pobreza, refletindo um contexto socioeconômico adverso (Gráfico 1).



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

No estado do Pará, observa-se a menor taxa entre os três níveis analisados. Após um leve declínio de 41,8% em 2019 para 40,7% em 2020, a taxa subiu para 42,1% em 2021 e atingiu um pico de 59,4% em 2022 – uma elevação abrupta e atípica. Em 2023, há uma forte redução para 43,8%, voltando aos níveis anteriores. Esse comportamento pode indicar a combinação de choques conjunturais com posterior recomposição de renda ou ampliação de políticas sociais, embora o patamar ainda seja preocupante (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

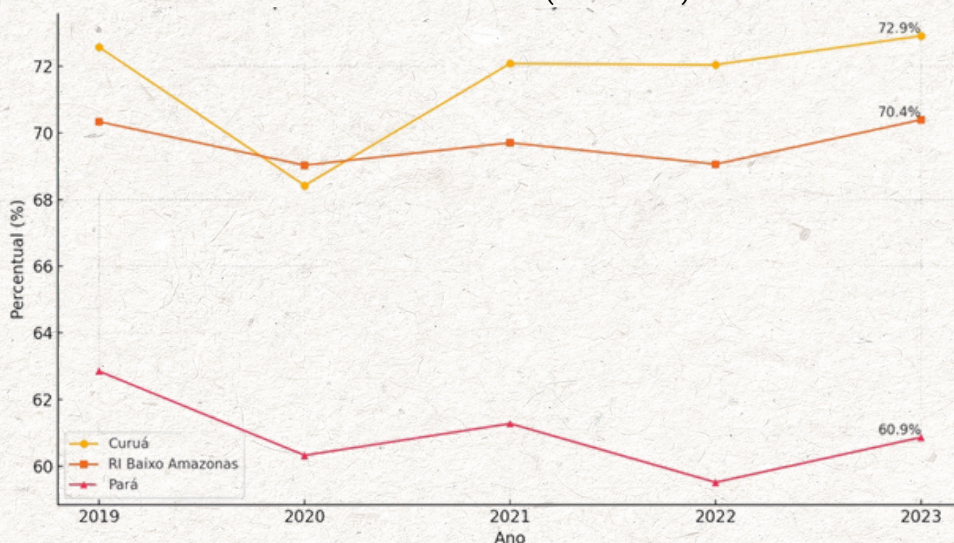
Despesas Públicas com Serviços essenciais

O gráfico apresenta a evolução do percentual das despesas públicas com serviços essenciais no município de Curuá, na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas e no estado do Pará entre 2019 e 2023. Em Curuá, o percentual iniciou em 72,7% em 2019, caiu para 68,5% em 2020 e voltou a subir para 72% em 2021. O valor manteve-se estável em 2022 e alcançou 72,9% em 2023. Esse comportamento demonstra uma recuperação consistente após a queda inicial, com crescimento de 4,4 pontos percentuais entre 2020 e 2023, o que evidencia uma priorização crescente dos serviços essenciais no orçamento municipal (Gráfico 2).

Na RI Baixo Amazonas, o percentual caiu de 70,5% em 2019 para 68,9% em 2020, depois oscilou levemente: 69,7% em 2021, 69% em 2022 e 70,4% em 2023. A variação total foi modesta, com redução de apenas 0,1 ponto percentual entre 2019 e 2023. Já no estado do Pará, o indicador apresentou tendência de queda entre 2019 (62,6%) e 2022 (59,4%), com leve recuperação em 2023 (60,9%). Apesar disso, o percentual de 2023 permaneceu inferior ao de 2019, indicando uma redução de 1,7 ponto percentual no comprometimento com serviços essenciais em âmbito estadual ao longo do período (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Curuá apresentou significativa oscilação na prevalência de nascimentos com baixo peso ao longo do período analisado. Após um patamar inicial de 7,9% em 2019, a taxa caiu levemente para 7,6% em 2020, seguida por um expressivo aumento em 2021, atingindo o pico de 10,5%. Esse salto pode estar relacionado a fatores conjunturais ligados à pandemia, como restrições ao pré-natal, insegurança alimentar e sobrecarga do sistema de saúde. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma tendência de queda acentuada, com a taxa recuando para 6,7% e encerrando 2023 em apenas 6%, o que representa o melhor desempenho da série histórica para o município (Gráfico 3).

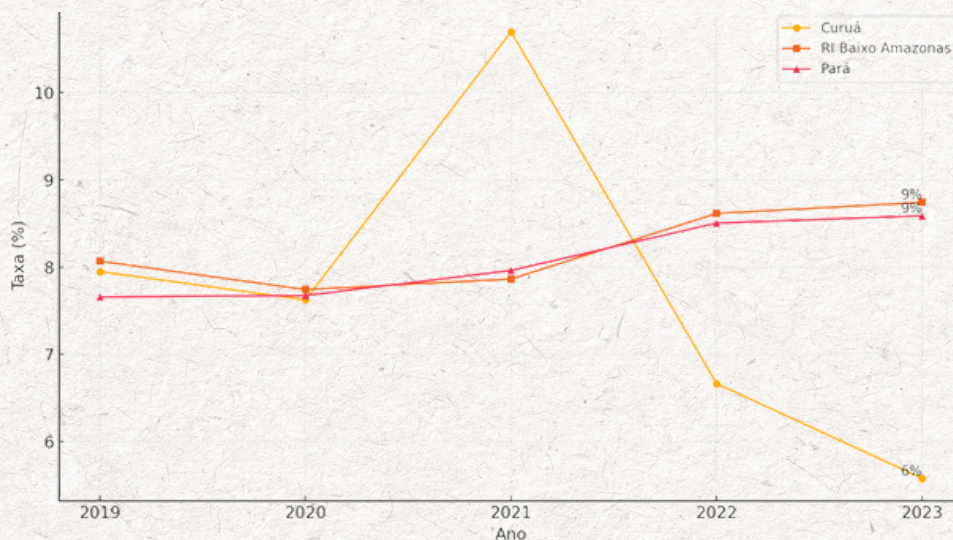
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi mais estável, partindo de 8,1% em 2019, com pequenas variações até 2021, quando se manteve em torno de 7,9%. A partir de 2022, no entanto, houve um crescimento contínuo, atingindo 8,6% e 9% nos dois últimos anos, o que pode indicar um agravamento das condições de saúde materno-infantil ou maior subnotificação nos anos anteriores. Esse crescimento merece atenção, visto que ultrapassa os 8% e contrasta com a tendência de melhora observada em Curuá (Gráfico 3).

No estado do Pará como um todo, o indicador também apresentou trajetória ascendente, embora de forma mais sua-

ve. Iniciando em 7,7% em 2019 e mantendo esse valor em 2020, a taxa cresceu gradualmente para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e chegou a 8,7% em 2023. Esses dados apontam para um desafio estadual na redução da ocorrência de baixo peso ao nascer, especialmente quando comparado ao avanço obtido por Curuá, que conseguiu reverter sua trajetória negativa após o pico de 2021 (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

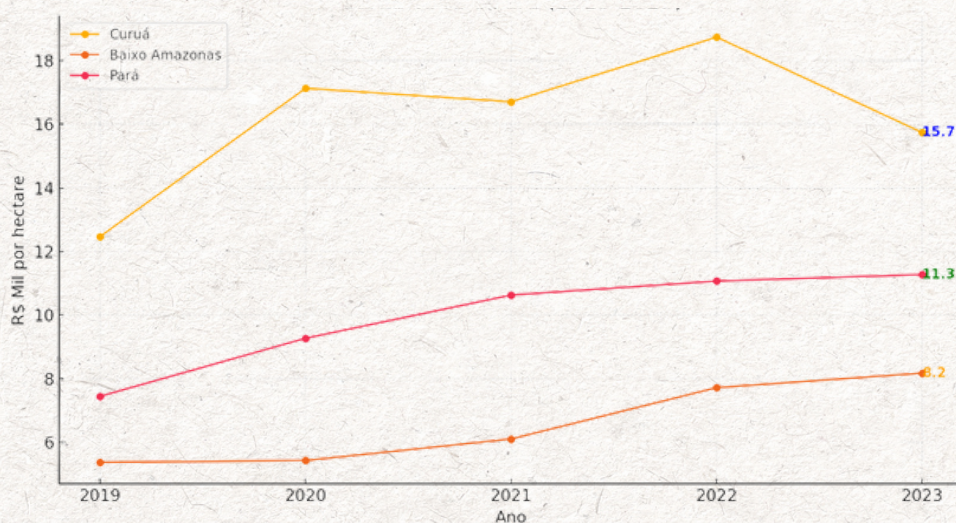
O município de Curuá apresentou produtividade agrícola destacada ao longo do período, começando com R\$ 12,5 mil por hectare em 2019. Houve um crescimento expressivo em 2020, alcançando R\$ 17,1 mil, seguido de uma leve queda em 2021 e novo pico em 2022, quando atingiu R\$ 18,7 mil. Esse desempenho pode estar ligado à diversificação produtiva, maior investimento em tecnologia ou valorização dos produtos agrícolas locais. Contudo, em 2023 houve recuo para R\$ 15,7 mil, embora ainda se mantenha acima da média estadual e regional, sinalizando resiliência, mas tam-

bém possíveis pressões de mercado ou climáticas (Gráfico 4).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a produtividade agrícola teve crescimento gradual e consistente. Em 2019, o valor era de R\$ 5,3 mil/ha, permanecendo inalterado em 2020, mas evoluindo progressivamente até atingir R\$ 8,2 mil em 2023. Ainda que os patamares sejam inferiores aos de Curuá, a trajetória é positiva e indica avanços estruturais no setor agrícola regional, talvez impulsionados por políticas públicas ou melhoria na logística de escoamento e acesso a insumos (Gráfico 4).

O estado do Pará como um todo seguiu uma linha de crescimento contínuo na produtividade agrícola entre 2019 e 2023. O indicador partiu de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 e alcançou R\$ 11,3 mil/ha em 2023, revelando incremento acumulado superior a 50% no período. Tal desempenho indica avanço técnico no uso da terra, o que pode estar vinculado ao aumento da mecanização, uso de sementes mais produtivas ou maior inserção no mercado externo. A performance estadual, no entanto, ainda está abaixo do nível observado em Curuá, destacando o potencial competitivo do município nesse segmento (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

O município de Curuá apresentou variações significativas na taxa de mortalidade infantil ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 25 por mil nascidos vivos, já elevada, e sofreu uma queda em 2020 para 21. Contudo, em 2021 houve um forte agravamento da situação, atingindo 33 mortes por mil nascidos vivos — o pior valor da série histórica — possivelmente como reflexo das fragilidades do sistema de saúde local frente aos impactos da pandemia. A partir de 2022, houve melhora substancial, com queda acentuada para 14, e, finalmente, uma taxa de apenas 5 em 2023, sinalizando possível avanço na atenção básica e nos cuidados perinatais (Gráfico 5).

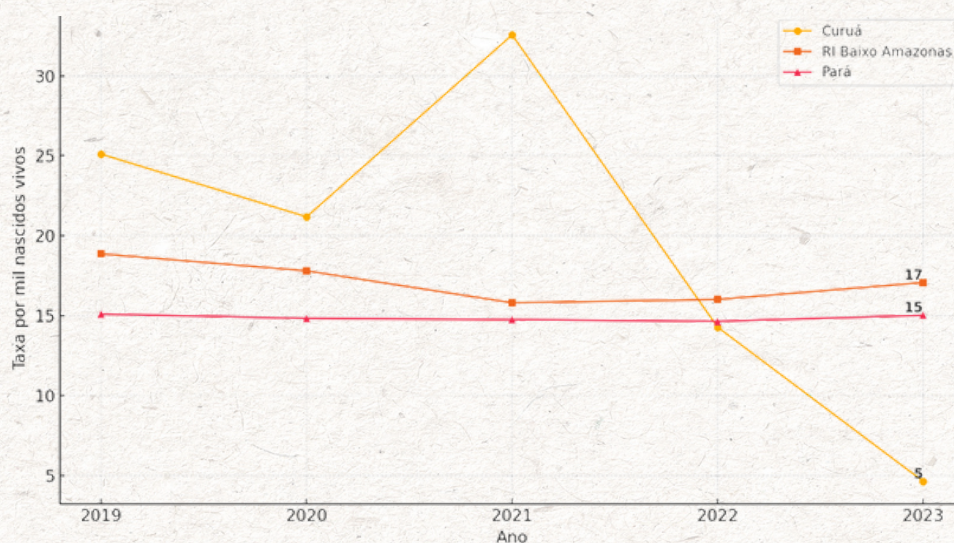
Na Região de Integração Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil demonstrou relativa estabilidade, embora com tendência levemente decrescente até 2021. Em 2019, o índice era de 18,9, caindo progressivamente para 15,8 em 2021, antes de estabilizar-se em 16 e encerrar 2023 com uma elevação para 17. Apesar das flutuações moderadas, o indicador permanece em patamar alto, reforçando os desafios regionais em assegurar condições adequadas de vida e atendimento neonatal (Gráfico 5).





No estado do Pará, a mortalidade infantil variou menos do que nos demais níveis, mantendo-se ao redor de 15 mortes por mil nascidos vivos durante quase todo o período. Houve pequena redução de 15,1 em 2019 para 14,5 em 2021, com discreta elevação a partir de 2022, atingindo 15 em 2023. A estabilidade da média estadual, apesar de representar controle relativo, também indica certa estagnação nas melhorias, especialmente quando comparada à acentuada queda observada em Curuá no último ano (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Curuá, o número de médicos por 10 mil habitantes manteve-se muito abaixo dos níveis regionais e estaduais durante boa parte do período. O município iniciou 2019 com 3,5 médicos por 10 mil habitantes, permanecendo nesse patamar em 2020. A partir daí, os números pioraram, atingindo o ponto mais baixo em 2022 com apenas 2 médicos por 10 mil habitantes. No entanto, 2023 apresentou uma recuperação significativa, com o indicador subindo para 5 – o melhor valor da série e que coincide com a expressiva redução da mortalidade

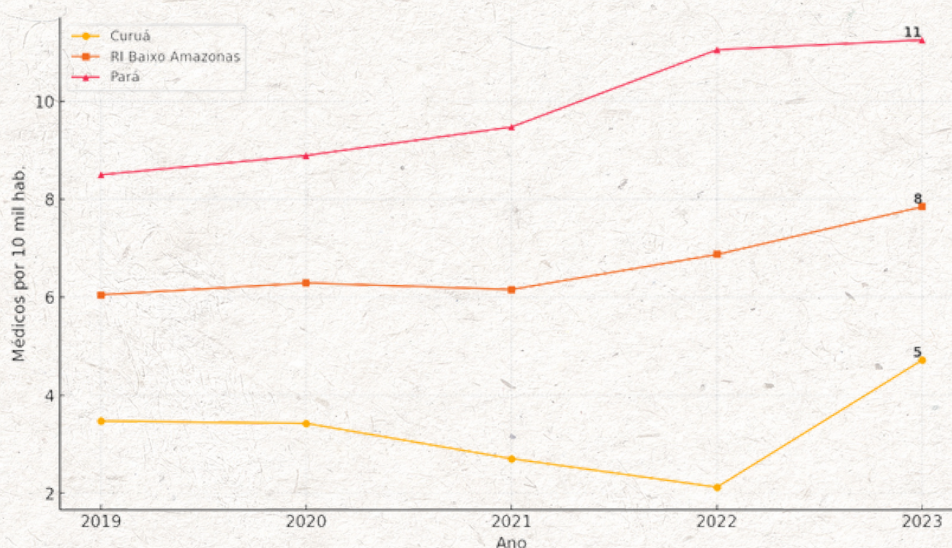
infantil, sugerindo possível relação entre os dois fenômenos (Gráfico 6).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o número de médicos evoluiu positivamente. O indicador partiu de 6,1 em 2019, cresceu de forma moderada até 2022, quando atingiu 6,9, e fechou 2023 com 7,8 médicos por 10 mil habitantes. O aumento contínuo sugere esforços regionais de fortalecimento da atenção à saúde, o que pode ter contribuído para a relativa estabilidade observada nos indicadores de mortalidade infantil ao longo dos anos (Gráfico 6).



O estado do Pará apresentou a melhor cobertura médica entre os três níveis analisados. Em 2019, o número era de 8,5 médicos por 10 mil habitantes, subindo gradualmente a cada ano e encerrando 2023 com 11. Esse crescimento expressivo indica um fortalecimento da capacidade assistencial, possivelmente impulsionado por políticas estaduais de interiorização da medicina e expansão de programas federais de provimento. Ainda assim, os ganhos em saúde pública, como a redução da mortalidade infantil, não se ampliaram na mesma proporção, evidenciando a complexidade da relação entre estrutura de atendimento e resultados populacionais (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

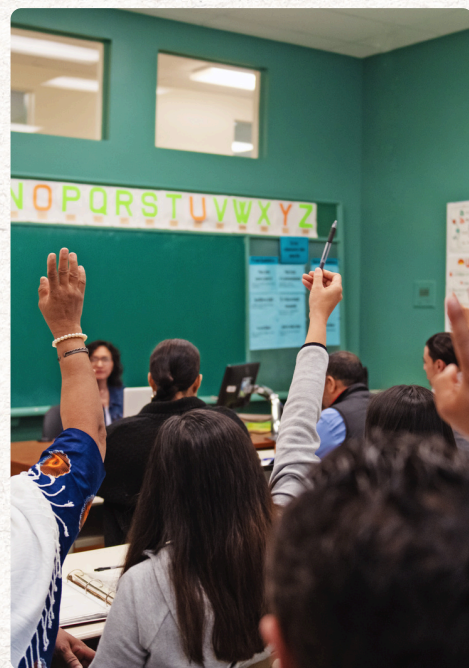
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Curuá apresentou uma redução gradual no número de vagas no ensino público por mil habitantes entre 2019 e 2023. No início da série, em 2019, o município contava com 304 vagas por mil habitantes, número que caiu ano a ano até atingir 291 em 2021. Em 2022 houve uma leve recuperação para 297, mas em 2023 o indicador caiu de forma expressiva para 265, o menor valor da série. Essa redução pode refletir fatores como queda na demanda por vagas, redução da população escolar ou restrições orçamentárias e administrativas (Gráfico 7).

A Região de Integração Baixo Amazonas, onde está inserido Curuá, também apresenta uma tendência de queda, mas com um comportamento um

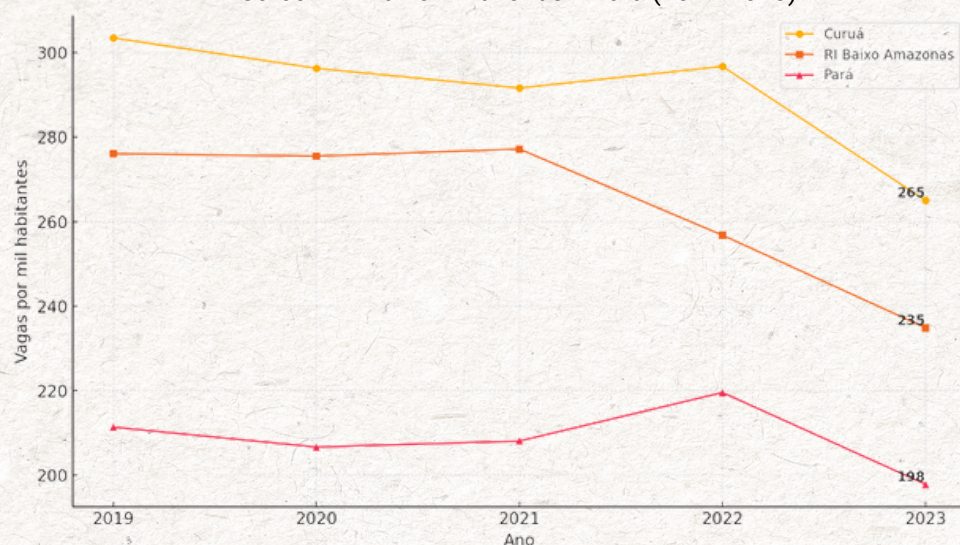
pouco mais estável nos primeiros anos. A região manteve valores próximos de 276 vagas por mil habitantes de 2019 a 2021, mas a partir de 2022 o indicador caiu acentuadamente para 257 e, em 2023, chegou a 235. Essa trajetória sugere uma possível reorganização da rede de ensino, redução de oferta ou impactos de longo prazo da pandemia sobre a estrutura educacional regional (Gráfico 7).

O estado do Pará iniciou o período com o menor número de vagas entre os três níveis analisados, com 212 em 2019. Após leve queda em 2020 e pequena recuperação em 2022 (chegando a 219), o número caiu novamente em 2023 para 198 vagas por mil habitantes. Isso evidencia u-



ma tendência mais acentuada de retração da oferta pública de educação proporcional à população, o que pode comprometer a inclusão educacional, sobretudo em áreas mais populosas ou com demanda crescente por escolarização (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 265 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

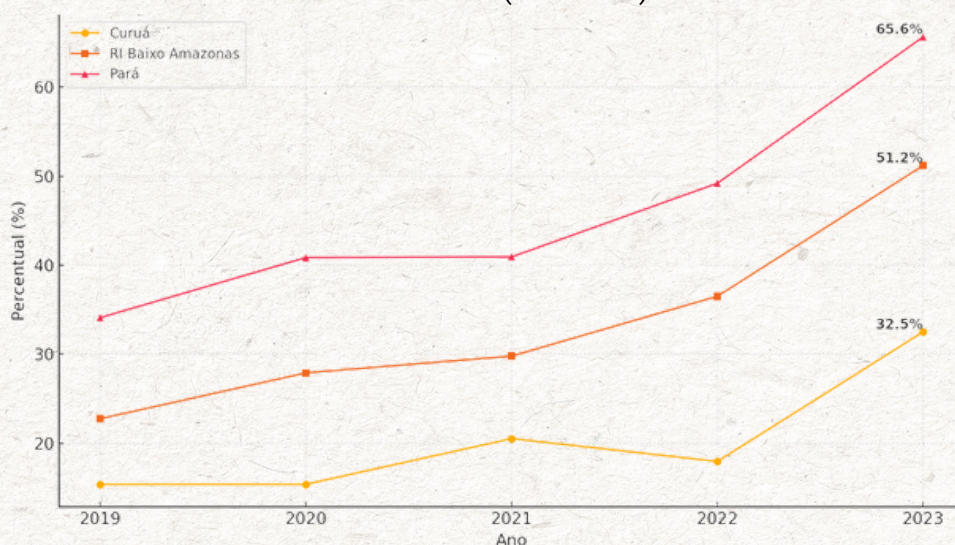
O município de Curuá apresentou crescimento significativo, embora tardio, no percentual de escolas com acesso à internet. Em 2019 e 2020, o indicador permaneceu estagnado em apenas 15%, refletindo grande exclusão digital nas unidades escolares. A partir de 2021, houve um avanço para 20,5%, seguido de um leve recuo em 2022 para 18,2%. No entanto, em 2023, houve um salto expressivo, alcançando 32,5%, o que representa mais que o dobro do patamar inicial. Apesar da evolução, o percentual ainda é inferior ao das médias regional e estadual, indicando desafios persistentes na universa-

lização do acesso (Gráfico 8).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o acesso à internet nas escolas também cresceu de forma consistente, partindo de 22,9% em 2019 para 29,6% em 2021 e atingindo 36,6% em 2022. O avanço mais expressivo ocorreu em 2023, quando o percentual chegou a 51,2%, superando a marca da metade das escolas conectadas. Essa evolução sugere esforço regional para integrar as escolas ao ambiente digital, fator essencial para modernização do ensino, especialmente diante da crescente dependência de ferramentas tecnológicas (Gráfico 8).

No estado do Pará, o crescimento foi contínuo e mais acelerado. Em 2019, o percentual era de 33,8%, subindo ano a ano até atingir 49,4% em 2022 e alcançar 65,6% em 2023. O avanço expressivo demonstra forte investimento em infraestrutura digital educacional, o que pode ter sido impulsionado por políticas públicas estaduais voltadas à superação das limitações impostas pela pandemia e ao fortalecimento da educação híbrida. Ainda assim, a disparidade entre o estado e municípios como Curuá indica desigualdade territorial no acesso a recursos digitais (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Curuá, o indicador de violência contra a mulher por parceiros foi nulo entre 2019 e 2022, com registro de 0 casos por 100 mil habitantes, o que pode indicar tanto a ausência real de notificações quanto possível subnotificação ou falhas nos mecanismos de registro. Apenas em 2023 é que surge um dado positivo, com 5 casos registrados por 100 mil habitantes. Apesar de numericamente baixo, esse valor pode representar o início de uma maior efetividade nos canais de denúncia e visibilidade do problema, sugerindo que o tema começa a emergir na esfera pública local (Gráfico 9).

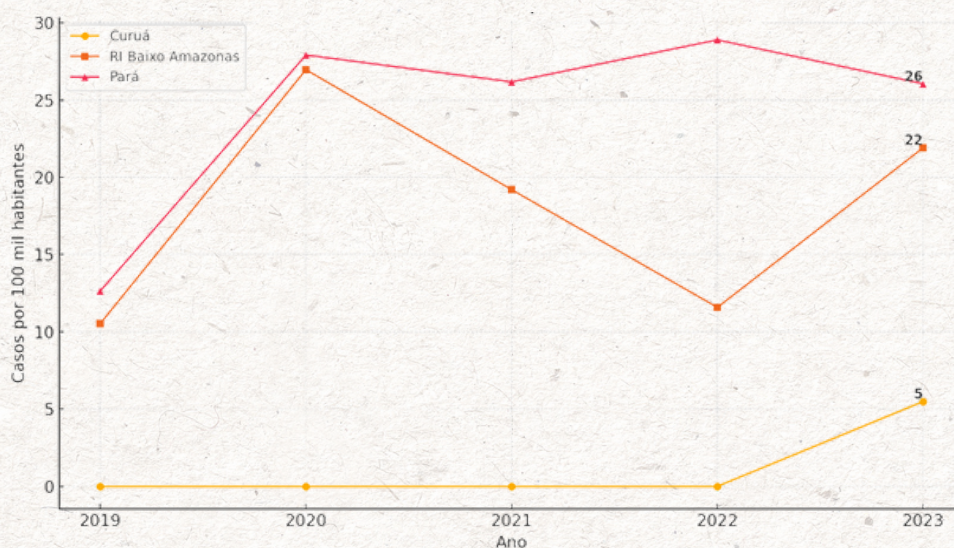


Na Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução foi mais acentuada e instável. A taxa subiu de 10,5 casos em 2019 para um pico de 26,9 em 2020, o que pode refletir os efeitos da pandemia e do isolamento social sobre o agravamento da violência doméstica. Após queda para 19,3 em 2021 e recuo mais expressivo para 11,5 em 2022, o indicador voltou a subir em 2023, atingindo 22,1. Esse padrão sugere que a violência contra a mulher permanece recorrente na região, com possíveis variações associadas à flutuação nos registros e à eficácia dos serviços de proteção e enfrentamento (Gráfico 9).

No estado do Pará, os dados indicam uma

média mais alta e tendência crescente até 2022. A taxa saltou de 12,6 casos por 100 mil mulheres em 2019 para 27,4 em 2020, mantendo-se elevada nos anos seguintes: 26,2 em 2021, 29 em 2022, e uma leve redução para 26 em 2023. Ainda que o número tenha diminuído ligeiramente no último ano, os dados revelam a persistência da violência por parceiros em todo o estado, sinalizando a necessidade urgente de políticas de prevenção, fortalecimento da rede de proteção e expansão da capacidade investigativa e judicial para combater essa forma específica de violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

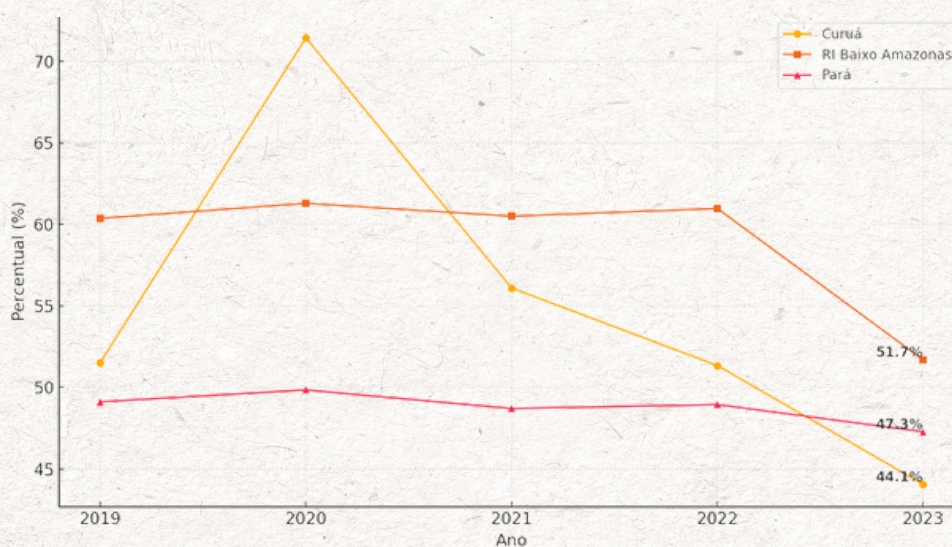
No município de Curuá, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou uma trajetória instável e marcada por forte oscilação. Em 2019, o índice era de 51,6%, saltando para um pico expressivo de 71,7% em 2020 – um valor atípico que pode ter sido influenciado por mudanças administrativas pontuais ou distorções em bases estatísticas com pequena amostragem. A partir de 2021, iniciou-se uma queda contínua: 56,1% em 2021, 51,6% em 2022 e, por fim, 44,1% em 2023. O dado final revela uma perda significativa de representatividade feminina na ocupação de cargos de decisão, apontando um retrocesso em termos de equidade de gênero no município (Gráfico 10).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, embora também apresente um recuo no último ano. O percentual variou positivamente entre 60,3% em 2019 e 61,1% em 2022, antes de cair para 51,7% em 2023. Mesmo com essa queda recente, os valores regionais se mantiveram acima da média estadual durante quase todo o período, o que pode indicar maior protagonismo feminino em esferas administrativas locais. Ainda assim, a redução em 2023 sinaliza que os avanços não estão consolidados e podem ser vulneráveis a mudanças institucionais ou conjunturais (Gráfico 10).

No estado do Pará, a participação feminina em cargos gerenciais manteve-se mais estável, oscilando entre 48,9% em 2019 e 47,3% em 2023, com variações mínimas ao longo do tempo. Essa estabilidade, no entanto, também revela um padrão de estagnação próximo à paridade, mas ainda inferior a ela. Em comparação com os dados de Curuá e da RI Baixo Amazonas, o estado apresenta um desempenho moderado, sem grandes avanços ou retrocessos, o que sugere a existência de um teto que ainda não foi rompido quanto ao empoderamento feminino nos níveis mais altos da gestão pública e privada (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Curuá apresentou avanços muito discretos no atendimento com coleta de esgoto à população de baixa renda entre 2019 e 2023. O indicador partiu de um patamar extremamente baixo, com 0,2% em 2019, e oscilou levemente até atingir 0,6% em 2023. Apesar do crescimento percentual, o valor absoluto ainda é alarmantemente baixo, indicando que praticamente toda a população de baixa renda do município continua sem acesso a esse serviço básico. Essa situação aponta para um grave déficit de infraestrutura sanitária, que impacta diretamente a saúde pública e a dignidade das populações mais vulneráveis (Gráfico 11).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador também apresenta valores reduzidos, mas com evolução mais consistente. O percentual era de 1,6% em 2019 e manteve-se praticamente estável até 2021. A partir de 2022, houve um leve aumento, atingindo 2,2% em 2023. Apesar do crescimento, o dado evidencia que a cobertura da coleta de esgoto para pessoas de baixa renda ainda é extremamente limitada na região, o que sinaliza a necessidade de políticas de saneamento mais agressivas, com recorte social

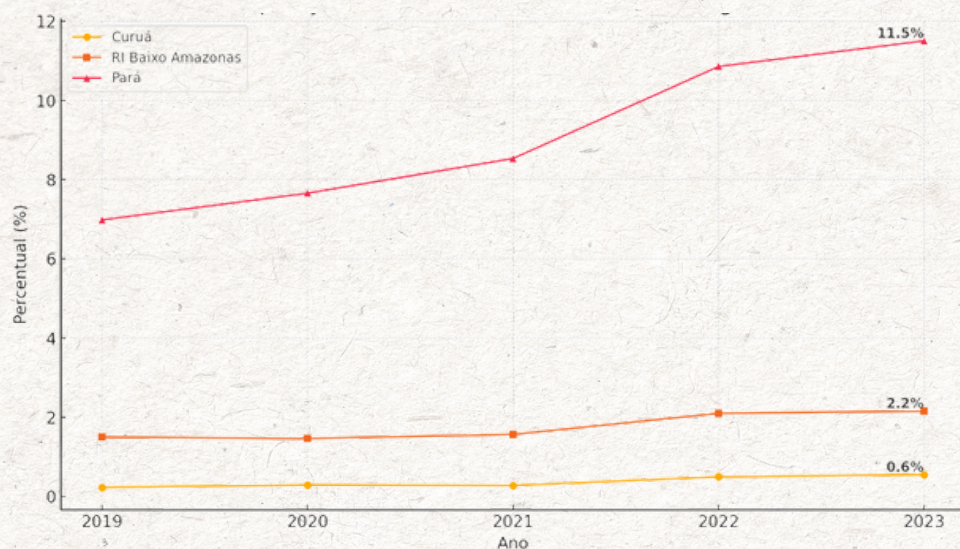
e territorial, voltadas especificamente para populações periféricas e ribeirinhas (Gráfico 11).

No estado do Pará, observa-se uma trajetória de crescimento mais acentuada, com o indicador passando de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Essa evolução representa um avanço significativo na inclusão sanitária da população de baixa renda, embora ainda revele a exclusão de cerca de 88% desse segmento. A tendência positiva pode estar associada a investimentos estaduais ou federais em grandes



sistemas urbanos de esgotamento sanitário, mas ainda há um forte descompasso entre os centros mais estruturados e os pequenos municípios como Curuá (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Curuá apresentou um padrão de forte oscilação no gasto municipal com saneamento per capita entre 2019 e 2023. O valor era de R\$ 9 por habitante em 2019, atingiu um pico de R\$ 25 em 2020, caiu drasticamente para menos de R\$ 5 em 2021 e 2022, e subiu novamente para R\$ 12 em 2023. Essa volatilidade orçamentária pode indicar falta de planejamento continuado, dependência de transferências específicas ou mudanças na priorização de políticas públicas. Além disso, os baixos valores absolutos ajudam a explicar a precariedade da cobertura de esgoto observada no município (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos também variaram, mas de forma menos acentuada. Em

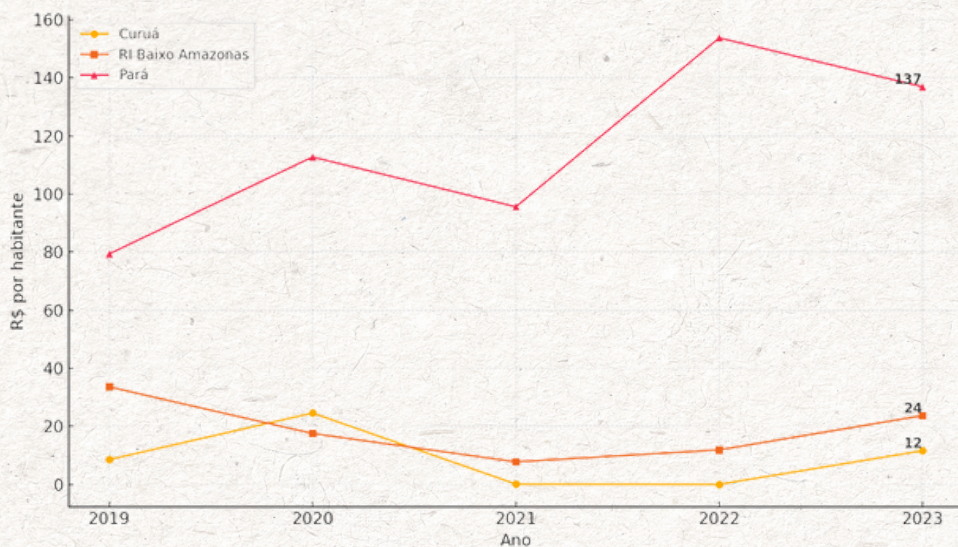
2019, o gasto era de R\$ 34 por habitante, caindo para R\$ 18 em 2020 e atingindo o ponto mais baixo em 2021, com R\$ 8. A partir de então, houve recuperação progressiva, chegando a R\$ 24 em 2023. Ainda que o montante esteja abaixo do ideal para promover avanços estruturais no setor, o aumento recente pode sinalizar uma retomada do investimento, que deve ser monitorada para avaliar seus impactos nos indicadores de cobertura (Gráfico 12).

O estado do Pará se destacou com os maiores valores de gasto per capita em saneamento básico entre os três níveis territoriais. O indicador subiu de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 154 em 2022, com ligeira queda para R\$ 137 em 2023. Esse crescimento expressivo demonstra esfor-

ços mais robustos por parte do governo estadual para ampliar os serviços de saneamento, o que se alinha com a melhoria observada na cobertura de coleta de esgoto da população de baixa renda. No entanto, a desigualdade interna entre municípios segue evidente, com localidades como Curuá permanecendo em condições de extrema carência (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



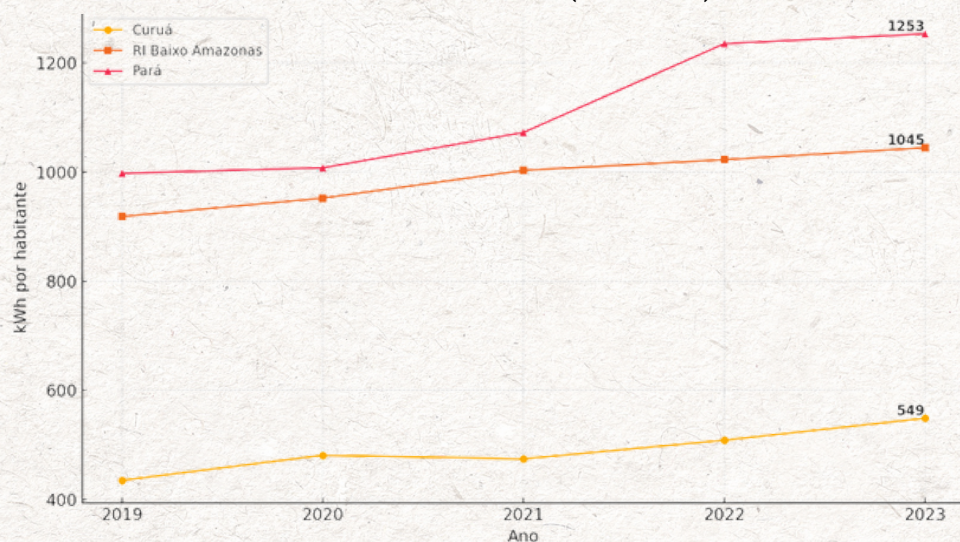
O município de Curuá apresentou crescimento gradual no consumo de energia elétrica per capita ao longo do período analisado. Em 2019, o consumo era de 437 kWh por habitante, subindo para 481 kWh em 2020. Após uma leve queda em 2021, o indicador voltou a crescer, encerrando 2023 com 549 kWh/hab. Esse padrão revela uma tendência moderada de expansão do acesso à energia e maior utilização no cotidiano, possivelmente refletindo melhorias na infraestrutura elétrica local e crescimento da demanda residencial (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o consumo per capita partiu de um patamar significativamente mais alto do que em Curuá, com 920 kWh/hab. em 2019. Esse valor aumentou de forma constante até 2023, quando atingiu 1.045 kWh por habitante. A estabilidade no crescimento sugere uma infraestrutura consolidada e um padrão de consumo superior ao de municípios menores, refletindo maior urbanização e presença de atividades comerciais ou institucionais que exigem maior demanda energética (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo de energia elétrica per capita também seguiu trajetória crescente, iniciando com 997 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o valor passou de 1.080 para 1.232, indicando uma ampliação significativa do uso de eletricidade. Esse comportamento pode estar relacionado à expansão da eletrificação rural, ao aumento do consumo residencial no pós-pandemia e à inserção de novos equipamentos nas residências e setores produtivos (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 549 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

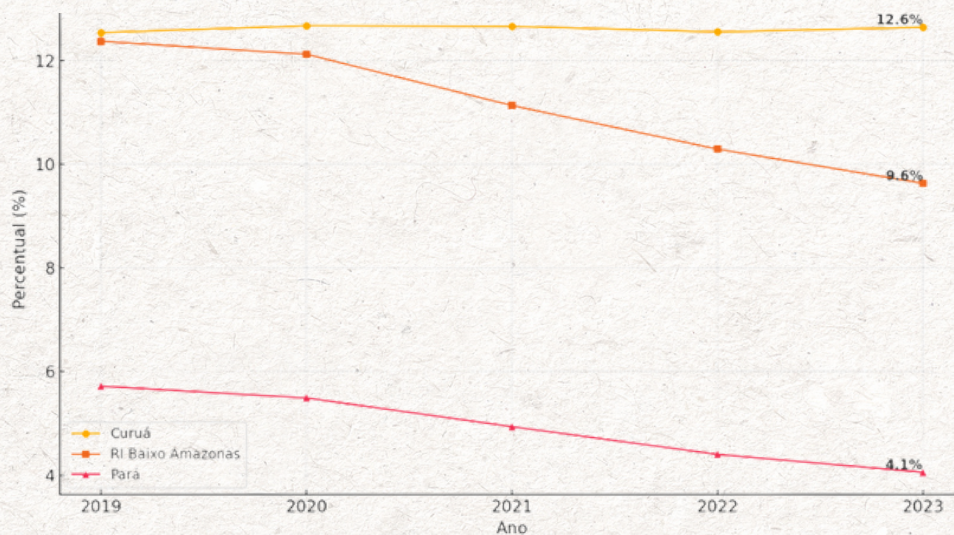
O município de Curuá manteve um percentual elevado de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil ao longo de todo o período analisado. Em 2019, o indicador já era alto, com 12,5%, e se manteve praticamente estável até 2022, com pequenas variações. Em 2023, o percentual ainda era de 12,6%, revelando a persistência do problema. Essa estagnação sugere a ausência de políticas eficazes de substituição da iluminação precária por fontes regulares de energia elétrica, o que mantém parte significativa da população vulnerável em condições de insegurança energética (Gráfico 14).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o cenário é ligeiramente melhor, com tendência de queda ao longo do tempo. O percentual de domicílios com iluminação fóssil caiu de 12,4% em 2019 para 9,6% em 2023, demonstrando avanços progressivos. Embora a taxa ainda seja alta, a tendência de redução indica que há políticas ou ações de melhoria de infraestrutura energética em curso, com impacto direto na vida das populações de baixa renda, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indicador apresentou o melhor desempenho relativo entre os três níveis analisados. O percentual partiu de 5,7% em 2019 e caiu de forma contínua até atingir 4,1% em 2023. Essa trajetória evidencia esforços de eletrificação e substituição de fontes fósseis por sistemas mais seguros e sustentáveis. Contudo, o dado estadual ainda encobre desigualdades internas significativas, como demonstrado pelo contraste com municípios como Curuá, onde a taxa permanece três vezes superior à média paraense (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



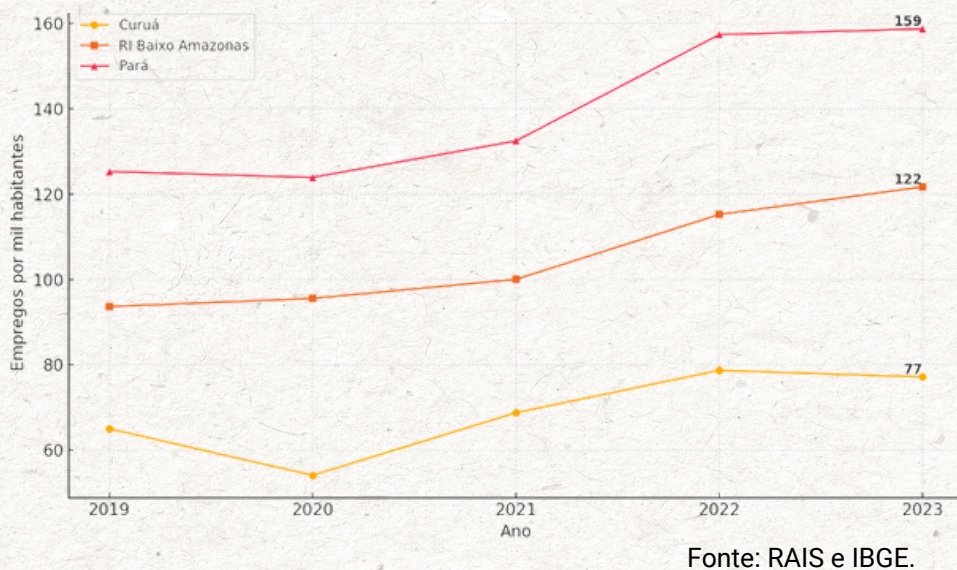
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Curuá apresentou um crescimento moderado no número de empregos formais por mil habitantes, embora mantendo-se abaixo das médias regional e estadual. Em 2019, o indicador era de 65, caindo para 54 em 2020, o que reflete os efeitos iniciais da pandemia sobre o mercado formal local. A partir de 2021, o município inicia uma trajetória de recuperação, atingindo 69 naquele ano, 78 em 2022 e encerrando 2023 em 77 empregos formais por mil habitantes. Apesar da melhora, o nível ainda é relativamente baixo, sinalizando uma economia local com forte informalidade ou limitação de oportunidades com carteira assinada (Gráfico 15).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o desempenho foi mais consistente e favorável. O indicador saiu de 94 em 2019 para 122 em 2023, com crescimento contínuo, especialmente mais acentuado entre 2021 e 2022. Esse comportamento sugere dinamismo econômico regional, possivelmente impulsionado por polos urbanos como Santarém e por atividades ligadas ao comércio, serviços públicos e agroindústria, que contribuem para a ampliação da formalização do trabalho. A diferença em relação a Curuá evidencia a desigualdade na distribuição das oportunidades de emprego formal mesmo dentro de uma mesma região (Gráfico 15).

No estado do Pará, o indicador partiu de um patamar elevado – 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 – e, após ligeira queda em 2020, cresceu de forma expressiva, alcançando 159

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



em 2023. O avanço mais significativo ocorreu entre 2021 e 2022, período em que o estado saltou de 132 para 157, refletindo a retomada econômica pós-pandemia e talvez o efeito de grandes projetos industriais e extrativistas em curso. O contraste com municípios pequenos como Curuá mostra a concentração de empregos formais em áreas mais desenvolvidas e urbanizadas, apontando para o desafio de interiorizar a formalização das relações de trabalho no estado (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



O município de Curuá apresentou crescimento contínuo do PIB per capita entre 2018 e 2022, embora em níveis bastante inferiores aos observados nos demais recortes territoriais. O indicador passou de R\$ 8.741 em 2018 para R\$ 10.976 em 2022, o que representa um aumento de aproximadamente 25% no período. Apesar desse avanço, o valor revela um padrão econômico local ainda limitado, com baixa geração de riqueza por habitante, possivelmente sustentado por atividades pri-

márias e dependência de transferências públicas, o que evidencia vulnerabilidade estrutural frente a variações externas (Gráfico 16).

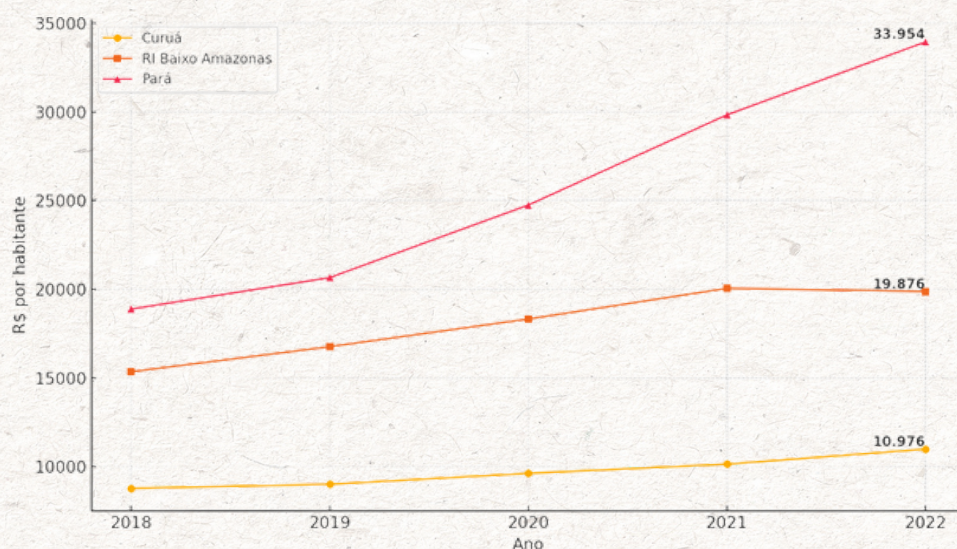
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento do PIB per capita foi mais ro-

busto. O valor partiu de R\$ 15.374 em 2018 e chegou a R\$ 19.876 em 2022, revelando uma expansão de cerca de 29%. Esse desempenho intermediário entre o município de Curuá e o estado como um todo pode ser explicado pela presença de centros urbanos mais dinâmicos, como Santarém, que concentram atividades produtivas e infraestrutura de serviços, contribuindo para um maior dinamismo econômico regional (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou o crescimento mais expressivo



Gráfico16 - PIB per capita, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

no período analisado. Em 2018, o PIB per capita era de R\$ 18.961 e saltou para R\$ 33.954 em 2022, um aumento de quase 80%. Esse crescimento acentuado está fortemente associado ao desempenho do setor extrativo mineral e da indústria de transformação, especialmente em municípios com grandes projetos minerais. Apesar do bom resultado agregado, a diferença em relação a municípios como Curuá revela fortes desigualdades territoriais na distribuição da riqueza estadual (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.976/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



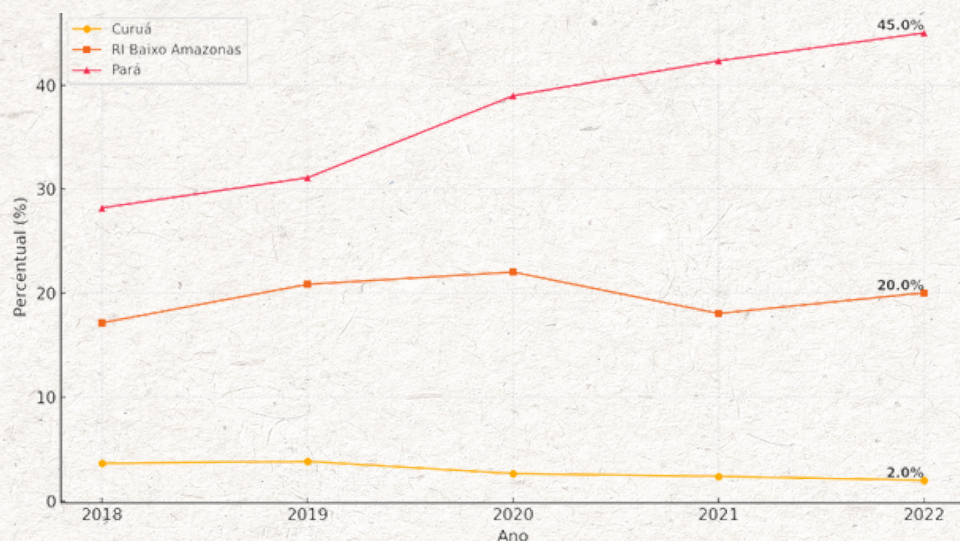
O município de Curuá apresenta uma participação muito reduzida da indústria em sua estrutura econômica. Em 2018 e 2019, o valor adicionado da indústria representava 3,8% do PIB local, caindo para 2,6% em 2020, 2,3% em 2021 e 2,0% em 2022. Essa tendência de queda evidencia o predomínio de setores como agricultura, administração pública e serviços básicos, com pouca ou nenhuma presença de unidades industriais formais. Isso limita a diversificação da economia e reduz a capacidade de geração de empregos de maior valor agregado (Gráfico 17).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a indústria teve participação mais significativa, variando de 17,4% em 2018 para 20,0% em 2022. Apesar de uma queda pontual em 2021, o indicador revela uma estrutura produtiva mais diversificada, com atividades industriais relevantes em alguns municípios, notadamente nas áreas de processamento de alimentos, construção civil e produção de bens intermediários. Essa base industrial regional contribui para resultados econômicos mais sólidos e maior resiliência frente a crises (Gráfico 17).

No estado do Pará, o setor industrial assumiu papel central na economia. O valor adicionado da indústria como percentual do PIB cresceu de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, consolidando-se como o motor do crescimento estadual. Esse aumento está vinculado principalmente à indústria extrativa mineral (ferro, bauxita, cobre) e à ampliação de cadeias industriais vinculadas à exportação. No entanto, essa forte concentração em grandes projetos exportadores também representa um risco de dependência externa e amplia as desigualdades regionais, especialmente frente à estagnação industrial em municípios como Curuá (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Curuá apresentou uma oscilação considerável no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador iniciou em 8,2 em 2019, caiu para 5,2 em 2020 – provavelmente refletindo impactos da pandemia na mobilidade ou contratação de pessoal qualificado –, mas demonstrou recuperação consistente nos anos seguintes, atingindo 11,1 em 2023. Ain-



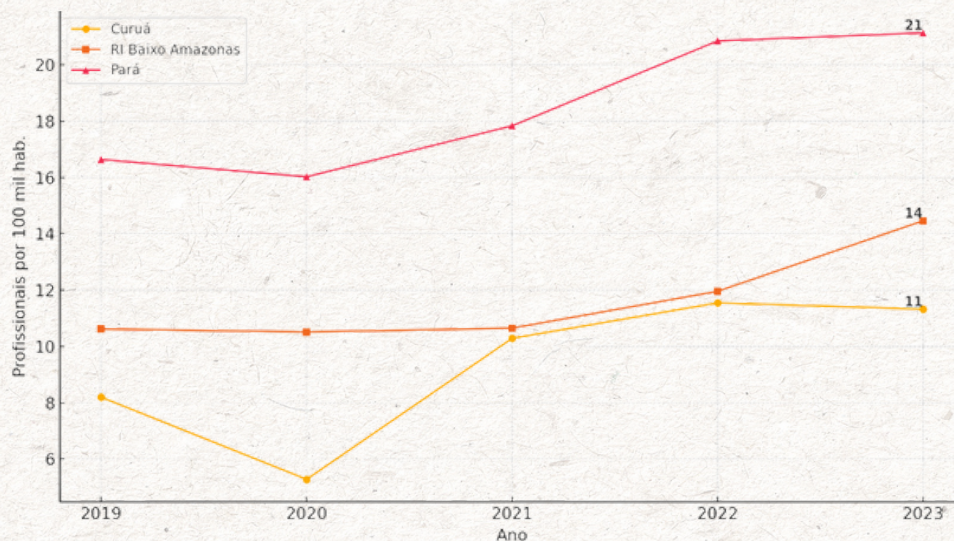
da que os números sejam relativamente baixos, a trajetória recente é positiva, indicando um esforço gradual para ampliar a presença de profissionais ligados à ciência e tecnologia no município (Gráfico 18).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável e crescente ao longo do período. O valor oscilou levemente entre 2019 e 2021 (de 10,6 para 10,7), mas passou a crescer de forma mais firme a partir de 2022, chegando a 14,1 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse avanço sugere a consolidação de polos institucionais e acadêmicos regionais, como universidades e centros de pesquisa, que atraem e formam mão de obra científica, fortalecendo a base de conhecimento e inovação na região (Gráfico 18).



No estado do Pará, os dados demonstram uma evolução robusta. O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu de 16,5 em 2019 para 21,2 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse comportamento reflete políticas públicas e investimentos direcionados à ciência, tecnologia e inovação no âmbito estadual, além da presença de instituições de ensino superior e de pesquisa nos principais centros urbanos. Apesar do progresso, a diferença entre o nível estadual e municípios menores como Curuá ainda evidencia desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura e à qualificação científica (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

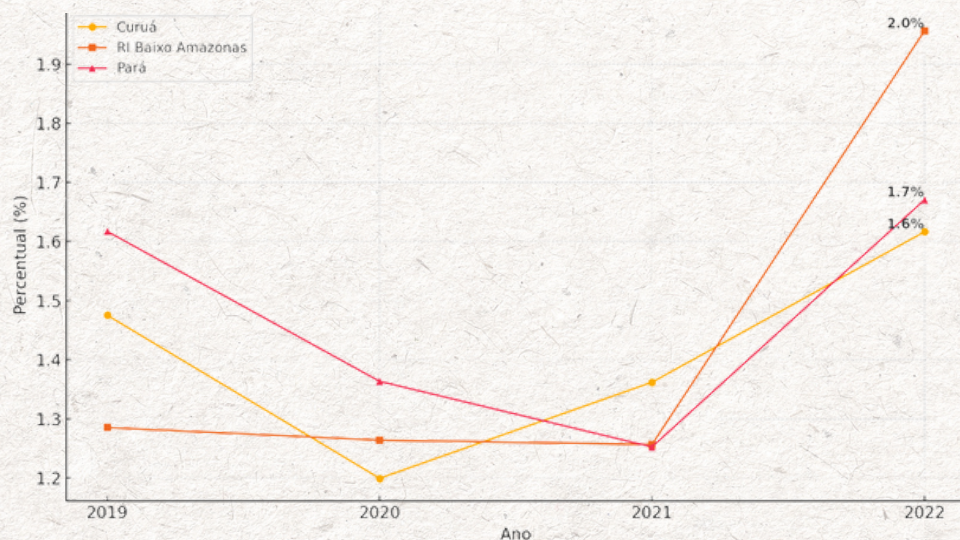
Entre 2019 e 2022, o município de Curuá apresentou uma trajetória de recuperação na massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB. Em 2019, o indicador era de 1,47%, mas caiu para 1,20% em 2020, refletindo os impactos econômicos da pandemia, como demissões, redução de jornada e retração da atividade econômica local. A partir de 2021, observa-se uma retomada com aumento para 1,36%, culminando em 1,60% em 2022. Esse crescimento pode estar associado à recuperação do mercado formal de trabalho e a reajustes salariais em setores públicos e privados, ainda que a base de vínculos formais no município permaneça limitada (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais modesto no início do período, com relativa estabilidade entre 2019 (1,28%) e 2021 (1,26%). No entanto, houve um crescimento significativo em 2022, quando o percentual atingiu 2,00%, ultrapassando os valores de Curuá e do estado como um todo. Esse salto pode indicar expansão do emprego formal em centros urbanos da região, como Santarém, com possível incremento nos salários ou geração de novos postos de trabalho formais em setores com maior peso econômico, como comércio, serviços públicos e logística regional (Gráfico 19).

No estado do Pará, o per-

tual da massa salarial formal sobre o PIB começou em 1,61% em 2019 e sofreu retração nos dois anos seguintes, atingindo o menor valor em 2021 (1,26%). Em 2022, o indicador subiu para 1,70%, sinalizando um movimento de recuperação da formalização e valorização dos vínculos de trabalho após os efeitos da pandemia. Ainda assim, o percentual revela a baixa participação da renda do trabalho formal na economia estadual, em especial se comparado ao peso de atividades intensivas em capital, como a mineração, que contribuem significativamente para o PIB, mas pouco para a massa salarial, evidenciando uma estrutura produtiva concentradora (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

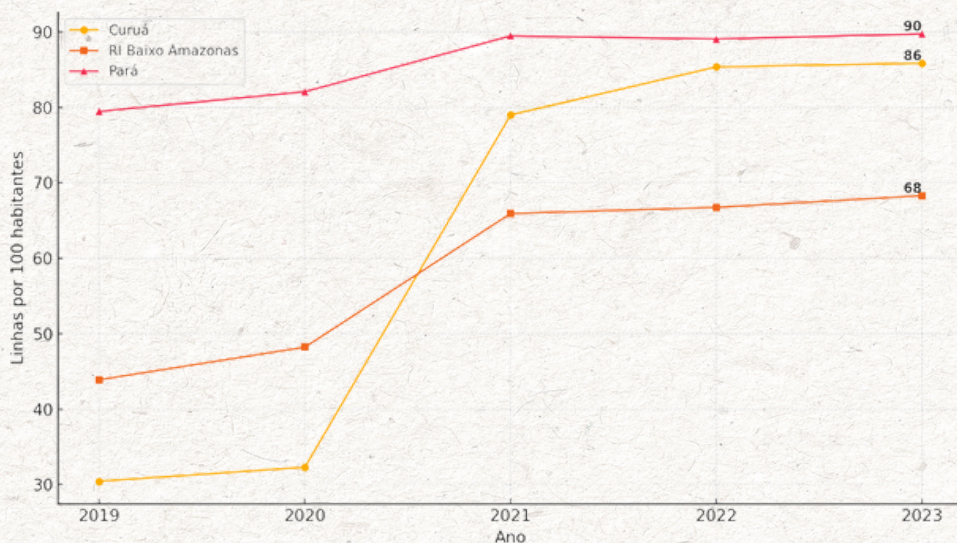
Entre 2019 e 2023, o município de Curuá apresentou um crescimento expressivo no indicador de acesso à telefonia móvel. Partindo de um patamar baixo de 30 linhas por 100 habitantes em 2019, houve um salto significativo em 2021, quando o número chegou a 79, e, posteriormente, uma estabilização em torno de 86 linhas em 2023. Esse avanço pode ser explicado por investimentos em infraestrutura de telecomunicações e pela ampliação do uso de celulares na região, inclusive entre populações rurais e de baixa renda, ampliando o acesso à comunicação e aos serviços digitais (Gráfico 20).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento do indicador foi mais moderado, mas constante. Em 2019, havia cerca de 44 linhas por 100 habitantes, aumentando para 68 em 2023. Esse avanço, embora menos acentuado que o de Curuá, reflete uma expansão contínua da conectividade regional, possivelmente concentrada nos centros urbanos. Ainda assim, a região permanece atrás tanto de Curuá quanto da média estadual em 2023, indicando desigualdades no ritmo de expansão dos serviços entre os municípios da RI (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Curuá, as despesas per capita com cultura e gestão ambiental apresentaram uma trajetória marcada por forte oscilação no período. O indicador saiu de R\$ 34 em 2019 e atingiu R\$ 46 em 2021, sinalizando priorização relativa dessas áreas. No entanto, houve uma queda abrupta em 2022, com o gasto per capita reduzido a apenas R\$ 6, seguido de recuperação parcial em 2023, com R\$ 24 por habitante. Essa volatilidade pode indicar descontinuidade administrativa, variação de receitas vinculadas ou redirecionamento orçamentário frente a demandas emer-

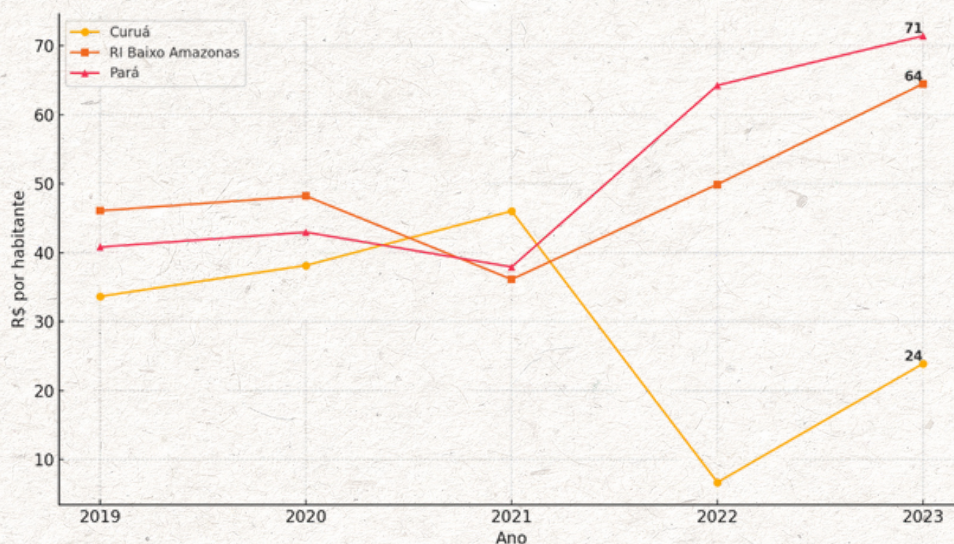
genciais, como saúde e assistência social (Gráfico 21).

A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou maior estabilidade e crescimento progressivo no período analisado. Os gastos per capita iniciaram em R\$ 46 em 2019, mantiveram-se relativamente constantes até 2021 e aumentaram significativamente a partir de 2022, alcançando R\$ 64 em 2023. Isso indica uma valorização crescente das áreas culturais e ambientais na política pública regional, possivelmente em resposta à pressão por sustentabilidade e identidade cultural, além da reativação de pro-

gramas afetados pela pandemia (Gráfico 21).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI, mas com crescimento mais acentuado nos últimos anos. O valor por habitante aumentou de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse avanço reflete uma priorização estadual das agendas culturais e ambientais, alinhadas a políticas públicas mais amplas de desenvolvimento sustentável e valorização territorial. O contraste com o recuo observado em Curuá em 2022 evidencia a desigualdade na capacidade

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



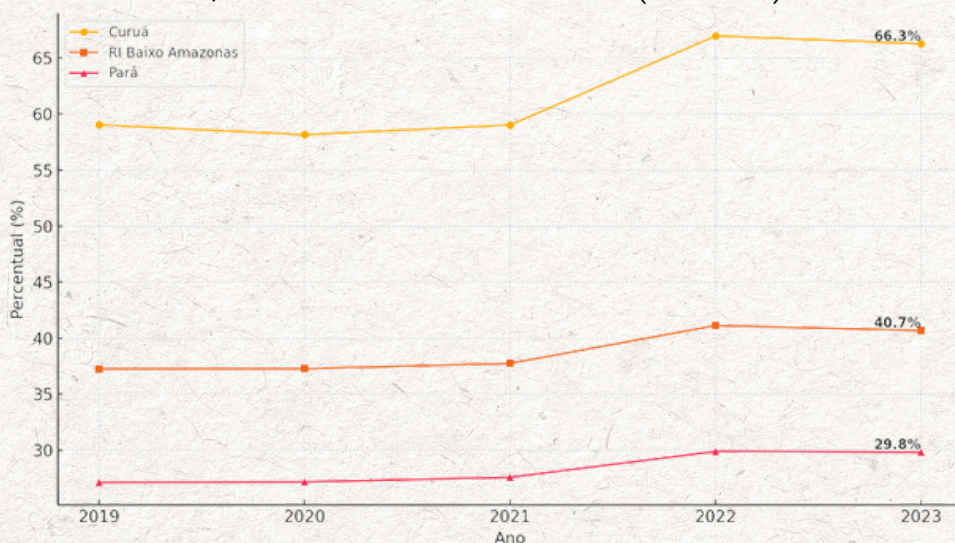
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Curuá, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se elevado ao longo do período analisado, partindo de 59% em 2019 e alcançando 66,3% em 2023. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, houve uma tendência de crescimento, com destaque para o aumento expressivo entre 2021 e 2022. Esse comportamento indica uma permanência significativa de práticas informais e insalubres de descarte de resíduos, reflexo da ausência de cobertura adequada de serviços públicos de coleta e destinação final do lixo em comunidades vulneráveis do município (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador mostrou um crescimento mais moderado. Saiu de 37% em 2019 para 40,7% em 2023, com relativa estabilidade nos três primeiros anos e aceleração a partir de 2022. Esse dado reforça a ideia de que, embora a situação na região como um todo seja melhor do que em Curuá, ainda há déficits importantes na infraestrutura de saneamento e coleta de resíduos sólidos em áreas de baixa renda. A lenta redução dessa prática depende de políticas públicas regionais integradas e investimentos contínuos em logística e educação ambiental (Gráfico 22).

No estado do Pará, o cenário é menos crítico em termos proporcionais, com o percentual partindo de 27% em 2019 e chegando a 29,8% em 2023. Apesar de o valor absoluto ser inferior ao dos demais recortes territoriais, o indicador revela que cerca de um terço da população pobre ainda lida com o lixo de forma inadequada. A leve elevação nos últimos anos sugere que o avanço da urbanização e a cobertura dos serviços de limpeza não têm beneficiado igualmente todas as regiões e extratos sociais, exigindo atenção especial à inclusão de populações periféricas no sistema de manejo de resíduos (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

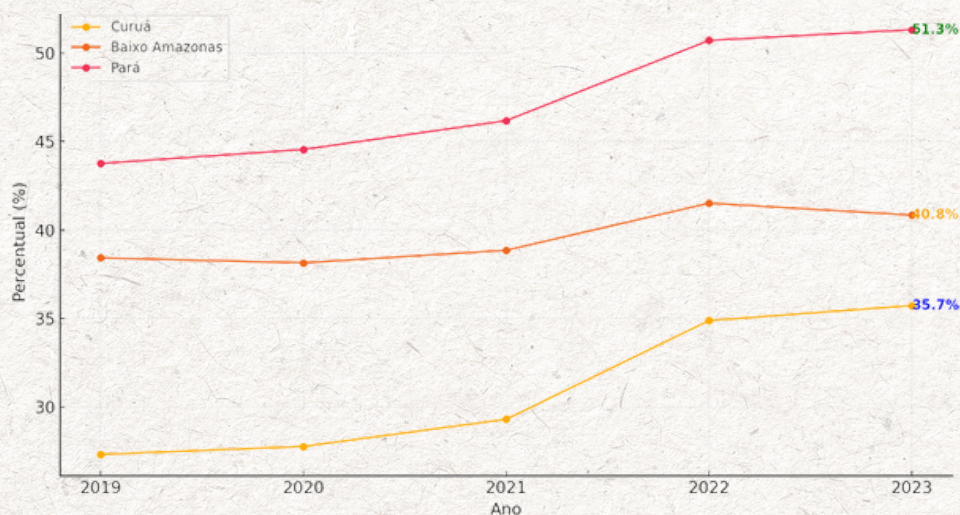
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador referente à população de baixa renda com fossa rudimentar em Curuá apresentou tendência de alta no período, passando de 27% em 2019 para 35,7% em 2023. A aceleração mais intensa ocorreu entre 2021 e 2022, indicando uma piora significativa nas condições de saneamento básico dessa parcela da população. O crescimento do uso de fossas rudimentares, que não seguem padrões técnicos de segurança sanitária, revela a carência de redes de esgotamento sanitário e o aumento de soluções improvisadas diante da ausência de políticas públicas efetivas no território municipal (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores se mantiveram em patamares mais elevados que os de Curuá, embora com menor variação. O indicador iniciou o período com 38,4% e chegou a 40,8% em 2023. Houve uma leve oscilação no percurso, com pico em 2022, o que pode sugerir um aumento do uso de alternativas inadequadas devido à expansão de áreas sem cobertura de saneamento. A estabilidade relativa reforça a cronicidade do problema, evidenciando que o ritmo de melhoria no acesso a sistemas adequados de esgoto tem sido lento para a população mais pobre da região (Gráfico 23).

No estado do Pará, a situação é ainda mais alarmante, com crescimento contínuo do indicador, que passou de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse resultado aponta para um agravamento da desigualdade no acesso ao saneamento, especialmente entre os mais vulneráveis. O fato de mais da metade da população de baixa renda ainda depender de fossas rudimentares revela o desafio estrutural que o estado enfrenta para universalizar serviços básicos de esgotamento sanitário, crucial para a saúde pública, qualidade de vida e preservação ambiental (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Gastos per capita com prevenção de desastres no município de Curuá apresentaram uma trajetória de queda acentuada ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o valor era expressivo, em torno de R\$ 250 por habitante, tendo crescido ligeiramente em 2021, antes de sofrer uma drástica redução a partir de 2022, culminando em apenas R\$ 16 por habitante em 2023. Esse movimento contrasta fortemente com os dados do estado do Pará e da Região de Integração do Baixo Amazonas, que demonstraram re-

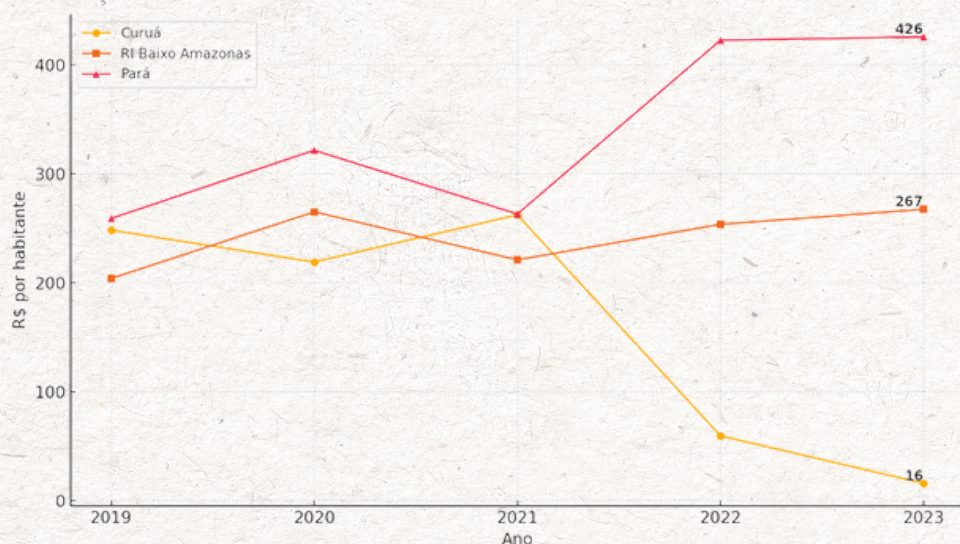
lativa estabilidade e até crescimento ao final da série. A retração em Curuá pode sugerir mudanças de prioridade na alocação orçamentária ou dificuldades fiscais locais (Gráfico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, com valores oscilando entre R\$ 200 e R\$ 270 por habitante, e uma tendência de crescimento entre 2021 e 2023. Já no estado do Pará, o indicador passou de R\$ 260 para R\$ 426 por habitante no mesmo período, evidenciando um forte aumento no es-

forço estadual voltado à prevenção de desastres. Tal aumento pode refletir políticas públicas mais agressivas na resposta às mudanças climáticas e à mitigação de riscos ambientais, especialmente em áreas vulneráveis (Gráfico 24).

A divergência entre os territórios indica desigualdades significativas nos investimentos em resiliência e prevenção. Enquanto o estado e a RI mantêm ou ampliam os gastos, Curuá apresenta descontinuidade preocupante. Isso pode comprometer a capacidade do município em responder a eventos extremos e aponta para a necessidade de reavaliar sua política local de proteção civil e planejamento ambiental (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em relação à Despesa per capita com preservação aquática, o município de Curuá apresentou um comportamento bastante superior aos demais territórios analisados ao longo do período. Em 2019, os gastos já estavam em patamar elevado, em torno de R\$ 720 por habitante, subindo para aproximadamente R\$ 900 em 2020 e 2021. Após uma leve queda em 2022, o município registrou um salto expressivo em 2023, atingindo R\$ 1.806 por habitante — mais de quatro vezes o valor médio do estado. Esse crescimento acentuado pode indicar ações locais intensivas de preservação de ecossistemas aquáticos, tal-



vez motivadas por programas ambientais específicos ou pela relevância econômica da pesca e dos recursos hídricos na região (Gráfico 25).

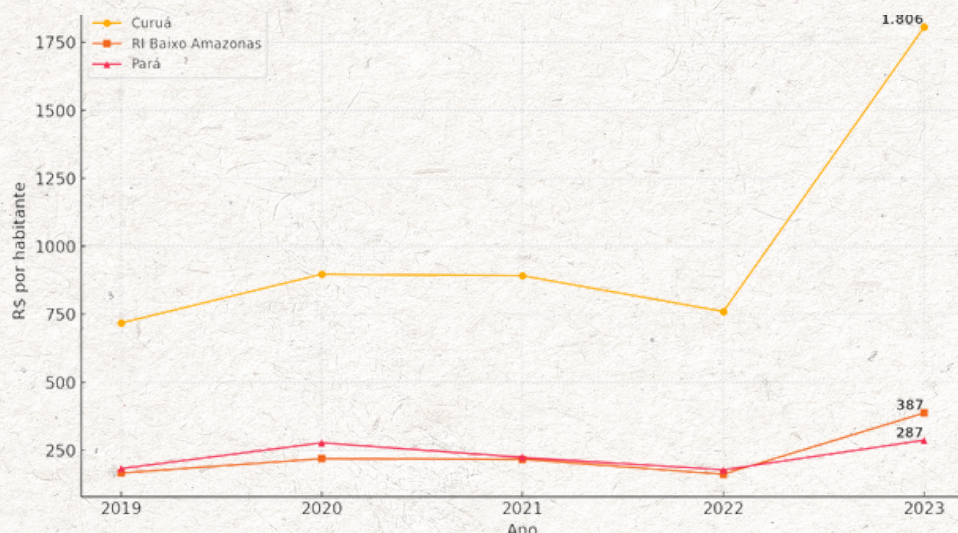
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador se manteve relativamente estável até 2022, variando entre R\$ 200 e R\$ 240, e apresentou um crescimento relevante em 2023, chegando a R\$ 387 por habitante. O estado do Pará também seguiu tendência de

leve crescimento ao longo dos anos, encerrando 2023 com um valor de R\$ 287 por habitante. Essa expansão pode estar ligada ao fortalecimento de políticas estaduais ligadas ao uso sustentável da água e à preservação de bacias hidrográficas (Gráfico 25).

A discrepância dos valores observados em Curuá frente à média estadual e regional é bastante significativa e merece atenção. Embora o aumento

possa sinalizar uma prioridade estratégica na agenda ambiental do município, ele também levanta questões quanto à sustentabilidade e à efetividade desse investimento. A continuidade dessa trajetória dependerá de como esses recursos estão sendo aplicados e dos resultados ambientais concretos gerados (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.806/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O indicador “% da área de floresta em relação à área total” no município de Curuá apresentou uma leve tendência de queda entre 2019 e 2022, saindo de 22,5% para 21%, e estabilizando-se em 20,4% em 2023. Esse comportamento evidencia um cenário de baixa cobertura florestal no território municipal ao longo dos anos, o que pode refletir limitações territoriais, uso consolidado do solo para atividades não florestais ou um histórico de desmatamento anterior à série analisada. Apesar da estabilidade nos últimos dois anos, o patamar permanece significativamente abaixo da média estadual e regional (Gráfico 26).

Na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, o percentual de floresta oscilou de forma mais expressiva, partindo de

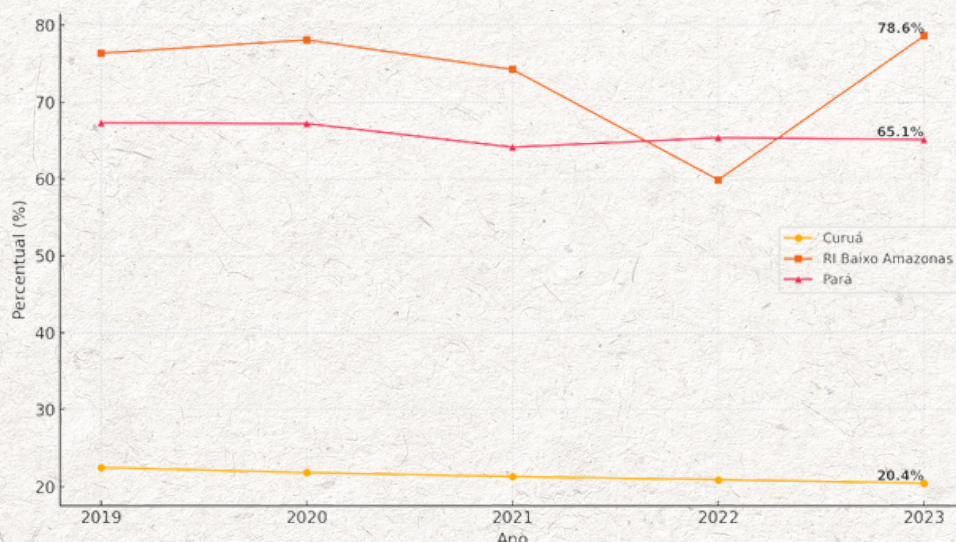
76,6% em 2019, subindo para 78,2% em 2020, e caindo bruscamente para 60% em 2022. Essa queda acentuada pode indicar um episódio específico de pressão sobre a vegetação nativa ou revisão metodológica na base de dados. No entanto, em 2023, houve uma recuperação significativa, atingindo 78,6%, o valor mais alto do período. Isso pode apontar para esfor-



esforços de restauração, redefinição de áreas classificadas como florestas ou atualização de registros fundiários e de uso do solo (Gráfico 26).

No estado do Pará, o indicador apresentou maior estabilidade, oscilando em torno de 67% ao longo dos cinco anos analisados. A leve redução de 2019 (67,3%) a 2021 (64,4%) foi parcialmente revertida, com o indicador retornando a 65,1% em 2023. Essa resiliência da cobertura florestal em nível estadual pode estar associada a políticas públicas de conservação, atuação de órgãos ambientais, ou mesmo à presença de grandes áreas protegidas que amortecem a variação. Ainda assim, a estabilidade em patamar moderado requer atenção, pois oculta a possível substituição de florestas em áreas mais sensíveis por outros tipos de uso, principalmente em regiões de fronteira agrícola (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O indicador “% da área desmatada em relação à área total” no município de Curuá apresentou trajetória ascendente ao longo do período de 2019 a 2023, iniciando em 25,8% e alcançando 28,1% ao final da série. Esse aumento gradual sugere uma pressão contínua sobre os remanescentes florestais locais, possivelmente associada à expansão de áreas antrópicas, como agricultura, pecuária ou assentamentos. A persistência desse padrão em um município que já apresentava baixa proporção de floresta (cerca de 20%) evidencia um contexto de vulnerabilidade ambiental, no qual a expansão do desmatamento ocorre em um território já amplamente convertido (Gráfico 27).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o percentual

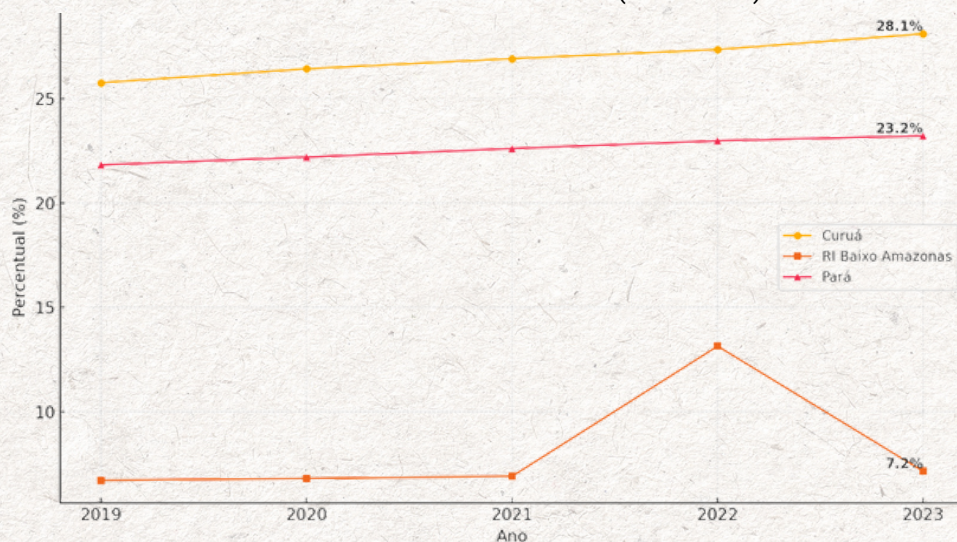
de área desmatada manteve-se praticamente constante entre 2019 e 2021 (em torno de 6,7%), porém apresentou um pico significativo em 2022, atingindo 13,1%, antes de recuar para 7,2% em 2023. Esse comportamento atípico em 2022 pode estar relacionado a eventos pontuais, como aumento da atividade madeireira, incêndios, ocupações desordenadas ou mudanças na metodologia de detecção remota e registro dos dados. Ainda que tenha havido uma redução no último ano, o nível ainda permanece superior ao do início da série, indicando um alerta para a gestão territorial da região (Gráfico 27).

No estado do Pará, o indicador mostra crescimento contínuo, com a área desmatada subindo de 21,8% em 2019 pa-

ra 23,2% em 2023. Apesar de mais suave que no caso de Curuá, essa tendência ascendente é preocupante dado o papel do estado na conservação da Amazônia Legal. O crescimento lento, porém constante, aponta para a necessidade de ações mais eficazes de fiscalização, políticas públicas voltadas à bioeconomia e incentivos à manutenção da cobertura vegetal nativa, especialmente em áreas mais suscetíveis à degradação como o sudeste e oeste paraense (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil apresentou uma trajetória de queda significativa no estado do Pará, passando de cerca de 39 para 11 casos por 100 mil habitantes, refletindo uma redução consistente da prática no período. Essa tendência pode estar associada a políticas públicas mais efetivas de combate ao trabalho infantil, bem como ao fortalecimento da rede de proteção social. A Região de Integração do Baixo Amazonas acompanhou parcialmente essa tendência, iniciando o período com aproximadamente 20 casos por 100 mil habitantes e encerrando com

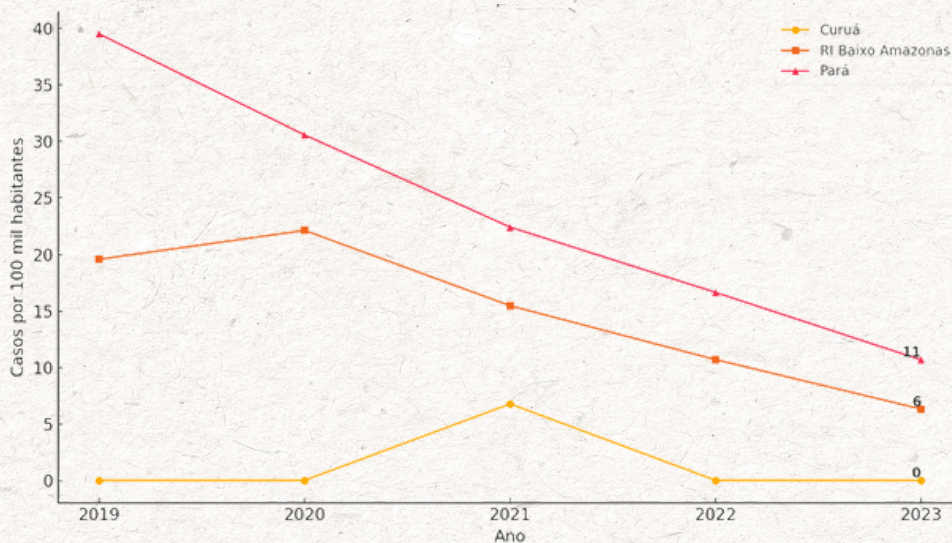
cerca de 6 casos, ainda que com pequenas oscilações no meio do período (Gráfico 28).

No município de Curuá, o cenário apresenta uma dinâmica peculiar. De 2019 a 2020, o número de casos registrados manteve-se zerado, com uma elevação abrupta em 2021, atingindo 6 casos por 100 mil habitantes, retornando a zero nos dois anos seguintes (2022 e 2023). Esse comportamento pode indicar situações pontuais de subnotificação ou instabilidades nas práticas de registro, mas também pode refletir a eficácia pontual de ações de sensibilização, fisca-

lização e atuação de programas sociais no território (Gráfico 28).

A expressiva redução dos níveis estadual e regional sugere um avanço estruturado na mitigação do trabalho infantil, enquanto o caso de Curuá, mesmo com uma breve elevação em 2021, aponta para um patamar de baixa ocorrência na maior parte do período analisado. A continuidade dessa tendência depende da manutenção das políticas intersetoriais e do fortalecimento da vigilância social local (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios no estado do Pará passou por uma redução moderada entre 2019 e 2023, saindo de 39 para 31 homicídios por 100 mil habitantes, apesar de registrar uma oscilação de aumento em 2022. Essa trajetória aponta para esforços parciais de contenção da violência letal, mas revela também a persistência de desafios estruturais relacionados à segurança pública e desigualdade social. A Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou certa estabilidade, variando entre 12 e 16 homicídios por 100 mil

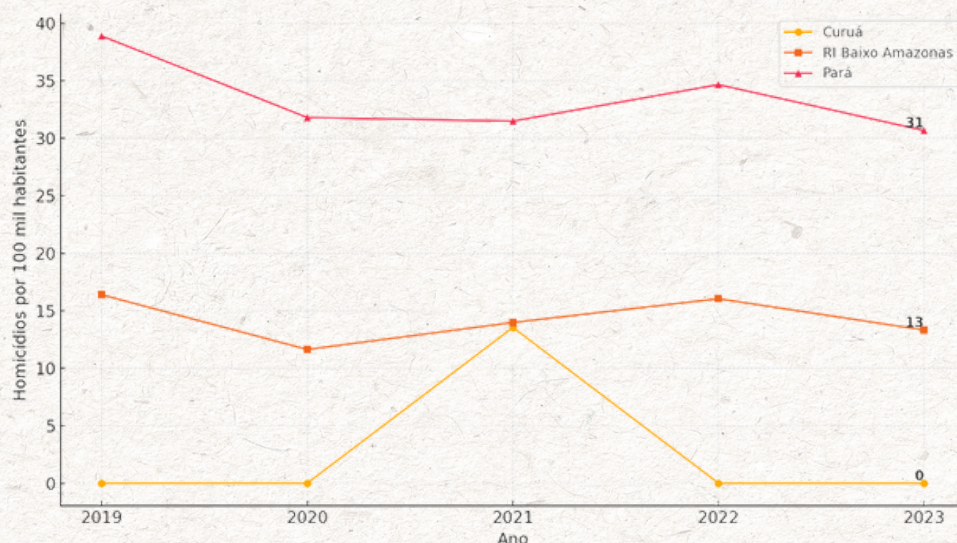
habitantes, com leve redução ao final do período (13 em 2023) (Gráfico 29).

Curuá, por sua vez, teve uma trajetória mais instável: entre 2019 e 2020 manteve a taxa zerada, mas apresentou um pico em 2021, quando a taxa saltou para 14 homicídios por 100 mil habitantes. Nos anos de 2022 e 2023, o indicador voltou ao nível zero, o que pode ser interpretado como resultado de intervenções locais, variações populacionais de pequena escala, ou ausência de registros. Por se tratar de um município pequeno, varia-

ções pontuais podem representar grandes oscilações proporcionais (Gráfico 29).

A comparação com os níveis estadual e regional mostra que Curuá, apesar de um episódio atípico em 2021, mantém índices significativamente menores que a média do Pará. Isso destaca a importância da continuidade de ações preventivas, pactuações com o sistema de justiça e investimentos em políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade da juventude e os fatores de risco relacionados à criminalidade (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

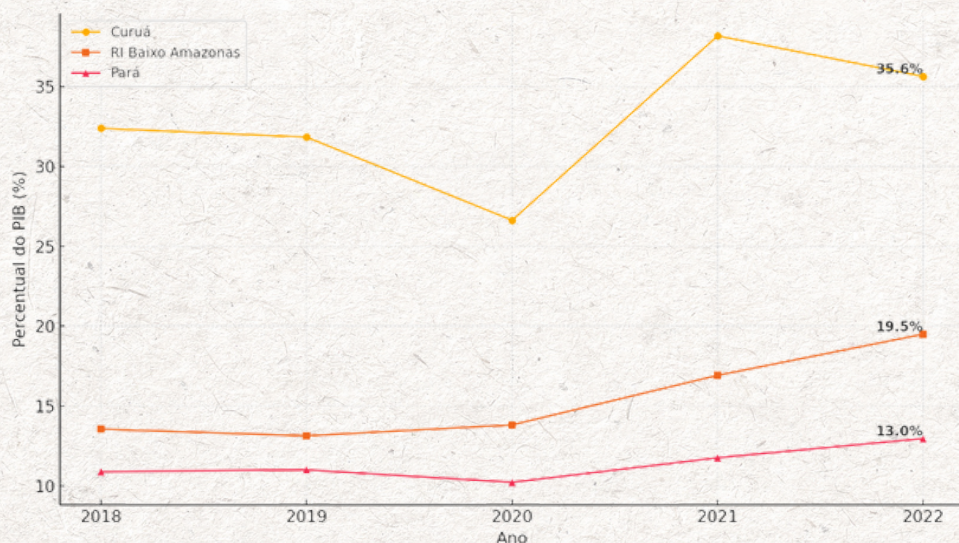
Entre 2018 e 2022, o município de Curuá apresentou níveis significativamente elevados de gasto público municipal em relação ao seu PIB, com uma trajetória oscilante. O indicador começou em 32,4% em 2018, teve uma leve queda nos dois anos seguintes, atingindo o ponto mais baixo em 2020 (26,7%), mas disparou em 2021 para 38,2%, antes de recuar ligeiramente para 35,6% em 2022. Esse comportamento pode indicar fortes variações na execução orçamentária local, com possíveis reflexos de políticas emergenciais ou investimentos concentrados em determinados exer-

cícios (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o percentual de gasto público em relação ao PIB mostrou uma tendência de crescimento gradual. Iniciando em 13,6% em 2018, houve uma pequena oscilação até 2020, mas a partir de 2021 observa-se uma elevação mais robusta, encerrando 2022 em 19,5%. Esse movimento sugere um aumento da participação do setor público na economia regional, possivelmente atrelado a uma ampliação de serviços públicos ou à maior capacidade de investimento dos municípios da região (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador mostrou estabilidade e valores mais baixos durante o período, partindo de 11,0% em 2018 e encerrando em 13,0% em 2022. Apesar de sutil, essa elevação sugere um leve fortalecimento da presença estatal na economia estadual. Em comparação aos demais recortes territoriais, o Pará apresenta menor dependência do setor público em relação ao PIB, o que pode refletir uma economia mais diversificada e com maior participação do setor privado (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

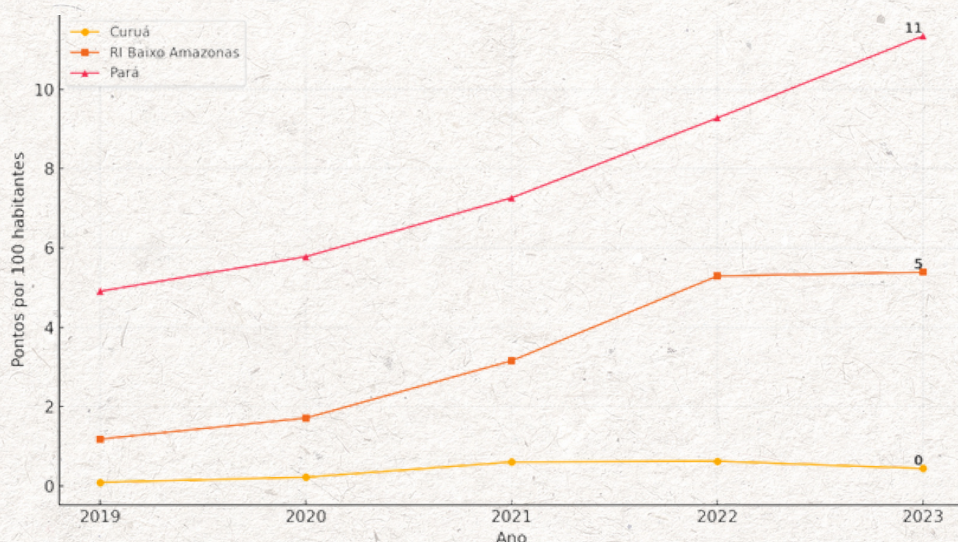
Entre 2019 e 2023, o município de Curuá apresentou uma taxa extremamente baixa de acesso à banda larga fixa, com valores partindo de praticamente zero e atingindo um pico de apenas 0,7 pontos por 100 habitantes em 2021 e 2022, retornando a 0 em 2023. Esse comportamento demonstra uma estagnação tecnológica significativa no território, o que pode impactar negativamente o acesso à informação, a qualidade da educação e oportunidades econômicas, sobretudo diante do avanço digital observado em outras localidades. O desempenho de Curuá se mostra claramente defasado em relação às demais escalas geográficas analisadas (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, observa-se uma evolução progressiva no indicador, partindo de cerca de 1,2 pontos em 2019 para 5,3 em 2022, mantendo-se praticamente estável até 2023. Apesar do crescimento relativamente expressivo, o ritmo ainda está abaixo da média estadual, evidenciando desigualdades no interior do estado quanto à infraestrutura de conectividade. Mesmo assim, a RI demonstra maior capacidade de ampliação dos serviços de internet fixa, o que pode refletir investimentos em centros urbanos de médio porte e políticas regionais de inclusão digital (Gráfico 31).

O estado do Pará como um todo apresenta um avanço contínuo e mais robusto na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023. Esse crescimento sinaliza uma tendência estadual de expansão da infraestrutura de conectividade, especialmente nas áreas mais urbanizadas. No entanto, o contraste com a situação de Curuá ressalta a necessidade de políticas públicas mais direcionadas e eficazes para garantir a universalização do acesso à internet nas áreas rurais e de menor densidade populacional (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



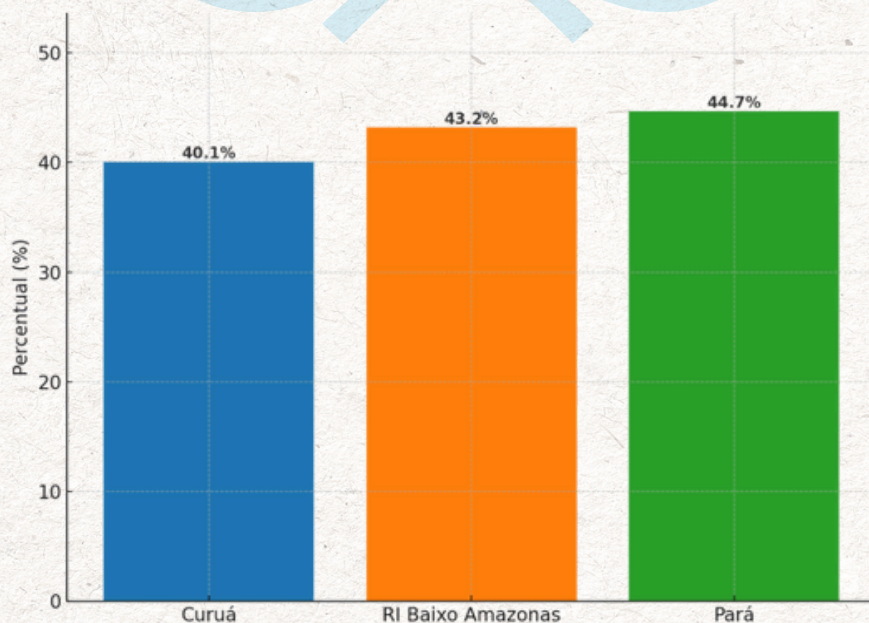
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Curuá** registrou um IDS de **40,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Curuá x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



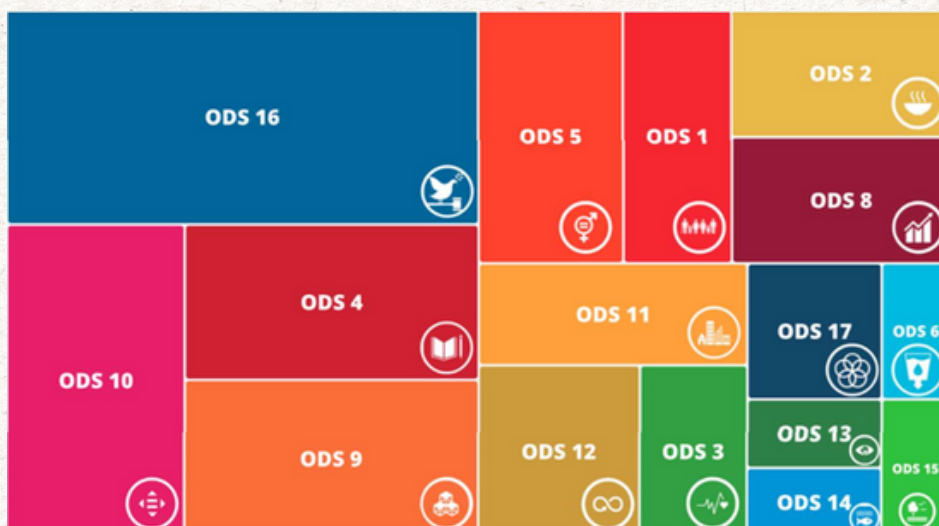
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Curuá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Curuá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

